Yolanda Guerra
Joaquina Barata Teixeira
Josefa Batista Lopes
Maria Lucia S. Barroco
Sâmya Rodrigues Ramos
Ana Elizabete Mota
Ângela Amaral
Edmundo Fernandes Dias
Ivo Tonel
Macksen Luiz

ISSN 1415-0921

12

REVISTA
**INSCRI
TA**
Conselho Federal
de Serviço Social

Capa da Revista Inscrita nº. 12 do Conselho Federal de Serviço Social.

“Um outro Serviço Social é Possível!” – Reivindicando a Tradição Radical*

Iain Ferguson**

Introdução

Por mais de duas décadas, a noção de que “não há alternativa” ao mercado livre como base de organização da economia e da sociedade tem exercido uma influência extraordinária sobre quase todos os aspectos da vida e do pensamento social, econômico, político e acadêmico. Tal fundamentalismo de mercado, ou neoliberalismo, como é mais conhecido, transformou-se em um tipo de “senso comum” universal, reforçado, de um lado, pelas teorias do “fim da história”, como as propagadas pelo funcionário do Departamento de Estado dos Estados Unidos, Francis Fukuyama, na esteira da queda do comunismo em 1989 (FUKUYAMA, 1992); e, de outro lado, pelas análises pós-modernas que repudiam quaisquer tentativas mais abrangentes de explicar essa “nova ordem mundial”, por considerá-las, na melhor das hipóteses, antiquadas “narrativas grandiloquentes”, ou, na pior hipótese, precursoras de um novo totalitarismo (LYOTARD, 1984).

O Serviço Social, como qualquer outra profissão social, tem sido profundamente afetado por essa investida neoliberal. Como era de esperar, as formas específicas pelas quais essas ideias e políticas têm moldado as atividades e práticas do Serviço Social variam de país para país e são, nas palavras de McDonald e colegas, “contingentes ao contexto” (McDONALD et al, 2003). No *Global South* (Sul do Globo), o contexto tem sido frequentemente dominado por Programas de Ajustamento Estrutural, impostos pelo Fundo Monetário Internacional, que tem exigido dos governos a privatização do setor público. De maneira contrária, no mundo

.....
* Artigo traduzido por Fernando Pereira e revisado por Potyara Amazoneida P. Pereira.

** Professor Doutor e Pesquisador da Stirling University, Escócia, desde 2000, e pesquisador associado da University of the Witwatersrand, África do Sul (www.wits.ac.za). Membro do Editorial Board of International Socialism Journal (www.isj.org.uk). E-mail: iain.ferguson@stir.ac.uk

oriental, "o Serviço Social neoliberal" tem sido mais um produto dos processos gêmeos de mercantilização e gerencialismo, sustentados pelas teorias da Nova Gestão Pública. Contudo, apesar dessas variações regionais, as prescrições mundiais do "Consenso de Washington" deixaram de afetar apenas poucos países e poucos regimes de bem-estar (FERGUSON et al, 2004).

Esse domínio das ideias, políticas e práticas neoliberais não tem ocorrido sem contestação. Em âmbito mundial, o movimento anticapitalista (ou de justiça global), que surgiu após os protestos em Seattle, em 1999, contra a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) procurou, por meio dos fóruns sociais, nacionais e mundiais, da década passada, oferecer um modelo alternativo de globalização, com base na rejeição dos mercados e do militarismo (CALLINICOS, 2003). No campo particular do bem-estar social e do Serviço Social, a resistência às ideias, aos valores e às políticas neoliberais obteve um resultado menor do que se poderia esperar; há, contudo, evidências de resistência crescente aos caminhos que essas ideias e políticas têm conduzido o Serviço Social, os quais têm afastado cada vez mais a profissão de seus valores centrais. Algumas formas específicas que a resistência tem assumido serão discutidas no final deste artigo.

Até recentemente, no entanto, a resistência ao neoliberalismo tinha sido bloqueada por dois fatores. Primeiro: ao lado de um consenso geral sobre a fraqueza e limitações da forma "pura" de capitalismo que o neoliberalismo representa, há pequeno acordo em relação à forma (ou formas) que uma alternativa poderia tomar. Como Wilkinson e Pickett observam em sua inovadora discussão sobre os efeitos da desigualdade, em *The Spirit Level: why more equal societies almost always do better* (*O Nível Espiritual: por que as sociedades mais igualitárias quase sempre se saem melhor?*), "por muitas décadas, políticas progressistas têm sido seriamente enfraquecidas pela perda de qualquer conceito de uma sociedade melhor" (WILKINSON e PICKETT, 2009, p. 240). Essa ausência de clareza esteve refletida na mensagem do *outdoor* elaborado em uma manifestação anti-OMC: "Esmague o capitalismo – e substitua-o por alguma coisa melhor".

O segundo fator tem sido a aparente capacidade de expansão indefinida da forma neoliberal de capitalismo, assim como de sua habilidade para superar as tendências das crises inerentes ao capitalismo clássico, tendências essas primeiramente identificadas por Marx, cento e cinquenta anos atrás. De acordo com o vencedor do Prêmio Nobel, o economista Robert Lucas, em seu discurso presidencial para a Associação Americana de Economia, em 2003, "o problema central da prevenção da depressão econômica foi resolvido para todos os efeitos práticos" (apud Krugman, 2008, p. 9) – visão essa compartilhada por muitos economistas e políticos de renome, incluindo o Primeiro Ministro britânico Gordon Brown, à época. Diante desse sucesso aparente, qualquer crítica feita à globalização neoliberal (por mais óbvias que sejam as imensas desigualdades por ela geradas) terá como resposta que "ela funciona", pelo menos para uma parte da população mundial. Até agora.

Em 2007, uma crise no sistema hipotecário começou no mercado imobiliário norte-americano (*subprime*); essa crise desvelou os problemas de crédito do mercado financeiro global, levando ao colapso ou à nacionalização de alguns dos maiores bancos do mundo, e ao desenvolvimento do que agora é geralmente reconhecido

como sendo a crise mais profunda do capitalismo, desde os anos 1930. As raízes dessa turbulência têm sido exploradas por outras interpretações (ver, *inter alia*, KRUGMAN, 2008; TURNER, 2008; CHOONARA, 2009). Mas, enquanto diferentes autores oferecem explicações alternativas para as raízes da crise, um fato inequívoco é que o seu efeito será mais fortemente sentido pelos setores mais pobres e vulneráveis da sociedade, tanto diretamente – pelas consequências do aumento do desemprego, dos despejos domiciliares e cortes dos serviços sociais – quanto indiretamente, pela elevação do racismo e da xenofobia que a crise já vem provocando. E isso se relaciona ao primeiro fator citado anteriormente neste texto.

No âmbito social, o colapso das certezas neoliberais das últimas duas décadas fez com que a necessidade de se desenvolver noções alternativas de “boa sociedade” se tornasse mais urgente. Isso também ocorreu com o bem-estar social e com o Serviço Social. Muitas pessoas atingidas pela crise foram forçadas a buscar apoio em um grande leque de profissões sociais, incluindo o Serviço Social. Contudo, tal como indicado acima, e a ser discutido adiante com mais detalhe, as formas de prática do Serviço Social que se desenvolveram nos últimos vinte anos lamentavelmente foram, na maioria das vezes, insuficientes nas suas capacidades de atender as necessidades das pessoas; e serão menos ainda diante dos níveis bem maiores de necessidades que provavelmente veremos em futuro próximo. Dada essa situação, neste texto mostrarei que precisamos lançar um novo olhar sobre o Serviço Social, o qual não se intimide em lidar com essas realidades econômicas e políticas mais amplas e proponha temas de justiça social no cerne da tradição abraçada por nós: a do Serviço Social radical.

2. O Núcleo Radical

O Serviço Social radical, como um modelo ou abordagem distinta e conscientemente articulada dentro Serviço Social, surgiu de fato nos anos 1970, principalmente na Inglaterra, Canadá e Austrália. As razões para a sua emergência naqueles países e período histórico, assim como as formas específicas por ele adquiridas, serão exploradas na próxima seção. Entretanto, vale informar que, desde o seu início, o Serviço Social tem refletido conflitos ideológicos e amplas discussões no seio da sociedade, referentes às raízes dos problemas sociais e à melhor forma de abordá-las. Todavia, de modo não surpreendente e refletindo o pensamento de Marx de que “as ideias dominantes de cada época são ideias da classe dominante”, os modelos dominantes de teoria e prática do Serviço Social têm sido, com frequência, muito conservadores ou, na melhor das hipóteses, reformistas em conteúdo; embora tenham existido concepções mais radicais sobre o papel do Serviço Social, como uma breve exposição das primeiras experiências britânicas e americanas exemplificará.

2.1 O Serviço Social na Inglaterra – 1870-1914

A primeira organização de Serviço Social na Inglaterra foi a Sociedade para a Organização da Caridade (COS), fundada em 1869. A COS encarnava todos os preconceitos da classe média inglesa do fim do período vitoriano. Dessa forma, a preocupação primeira de seus membros consistia menos em abordar os determinantes da pobreza e das precárias condições de moradia nas áreas mais pobres das grandes

idades inglesas (descritas tão vigorosamente pelo jovem Frederick Engels, quase trinta anos antes – ENGELS, 1844/2009) do que acabar com o escândalo da “esmola indiscriminada”, que debilitava o caráter e a autossuficiência individual. Portanto, o principal objetivo do método “científico” de Serviço Social de Caso desenvolvido pela COS era distinguir quem “merecia” ser pobre (aqueles que usariam a ajuda financeira fora dos padrões considerados apropriados) e quem “não merecia” ser pobre (aqueles que usariam a ajuda de forma adequada). Não surpreendentemente, muitos requerentes do suporte financeiro ficavam de mãos vazias. E, em coerência com essa abordagem individualista e frequentemente punitiva, a COS também se opunha a quaisquer medidas do governo que julgassem enfraquecedoras do caráter pessoal, incluindo, por exemplo, o fornecimento de refeições gratuitas nas escolas e pensões para os idosos (STEDMAN JONES, 1971; JONES, 1983; LEWIS, 1995).

No entanto, tal ideologia rigorosa não se desenvolveu sem críticas. Oposições às ideias e práticas da COS emanaram de três fontes principais. Primeiramente, de pessoas dentro da referida Sociedade que tinham reservas às suas abordagens. Entre elas, a voluntária Maude Royden, em 1890, junto à *Liverpool Central Relief Society* (Sociedade Central de Ajuda de Liverpool). A Sociedade de Liverpool compartilhava, em muito, das mesmas ideias da COS de Londres. Apesar de sua origem social economicamente abastada, Royden se contrapôs à filosofia e à prática dessa Sociedade. Ela detestava, por exemplo, a superioridade de classe que se mantinha por trás das “visitas amigáveis” de seus componentes, conforme escreveu a um amigo:

(...) eu não deveria ficar agradecida se Lady Warwick, por exemplo, viesse me ver todas as semanas, fizesse com que eu depositasse alguns centavos em um fundo de previdência...eu deveria ficar louca” (apud Pedersen, 2002, p. 86).

Embora seja difícil quantificar o grau de insatisfação com a ideologia da COS dos voluntários como Royden, um fato que sugere não ser essa um caso isolado é, de acordo com Jones (1983), a introdução nas atividades de Serviço Social de profissionais treinados, no início dos anos 1900, como forma de prevenir a “contaminação” das visitas amigáveis (no sentido de essas se tornarem amigáveis demais).

Um desafio mais significativo para a COS veio do *Settlement Movement* (Movimento de assentamento comunitário dos prestadores de ajuda), usualmente visto como a segunda maior fonte de oposição do Serviço Social de então, tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos. Tal como a COS, seu objetivo era o de promover a harmonia social por meio da cidadania ativa, convencendo jovens universitários da classe média a passarem um tempo de suas vidas entre os pobres, assistindo-os por meio de trabalho educativo e de exemplo, com vista à promoção de uma reforma social (POWELL, 2001, pp. 38-40). Isso foi iniciado com Canon Barnett na esteira do aumento do desemprego em massa, ocorrido no início dos anos 1880, e refletiu a crescente convicção de que a ajuda do Estado, mais do que uma “filantropia científica” praticada pela COS, era necessária para eliminar a pobreza. Embora seja um erro exagerar as diferenças entre as visões dos líderes da COS e de pessoas como Barnett, é provavelmente justo dizer que, em geral, a abordagem do *Settlement*

Movement foi mais humanista e menos punitiva do que a da COS, sendo esse Movimento frequentemente visto como precursor das posteriores abordagens de Desenvolvimento Comunitário (MULLALLY, 1997; POWELL, 2001).

A terceira fonte de oposição às ideias e abordagens da COS veio dos ativistas socialistas e feministas, cujas preocupações extrapolavam o alívio imediato das privações sociais (embora esses ativistas também estivessem envolvidos em atividades que faziam exatamente isso) e visavam maiores mudanças estruturais e econômicas. Nesse sentido, eles eram mais explicitamente políticos (embora bem menos do que a liderança da COS, em que uma integrante descreveu a teoria e a prática do método de Serviço Social de Caso como "a antítese das medidas de massa ou socialistas e (...) provando que ainda há muito que pode ser descrito como individualismo" (MILNES apud WALTON, 1975, p. 150).

Ativistas como Clement Attlee, Sylvia Pankhurst e George Lansbury geralmente faziam pouca distinção entre suas ações políticas e atividades de Serviço Social. Essas atividades incluíam a criação de restaurantes comunitários com alimentação barata e saudável; a organização de cozinhas para a preparação de sopas destinadas às famílias de trabalhadores portuários em greve; a criação de alojamentos e locais de encontros para os pobres, onde eles pudessem receber ajuda e apoio para seus problemas pessoais; e a criação de negócios cooperativos de costura para as mulheres jovens. Mas, junto a essas ações comunitárias, eles frequentemente desenvolviam atividades de Serviço Social de Caso e faziam defesas de causas individuais (*advocacy*).

Assim, tal como já afirmamos:

Atlee, Pethick-Lawrence, Hughes, Pankhurst e Lansbury são relativamente conhecidos como políticos ativistas da parte leste de Londres. No entanto, eles não são vistos como fazendo parte de qualquer tradição de Serviço Social. A demarcação de uma 'história profissional' fez com que os trabalhos ativistas, sociais e voluntários fossem extirpados de uma história social mais ampla. Mas não há dúvida de que eles (e muitos de seus seguidores) oferecem uma rápida visão de um outro e mais radical Serviço Social passado. O compromisso deles ao apoio e às estratégias de ação comunitárias para suprir as necessidades das comunidades locais e dos 'clientes' da classe operária pobre prefigura desenvolvimentos usualmente associados ao período seguinte de radicalismo do Serviço Social nos anos 1970 (FERGUSON e LAVALETTE, 2007, p. 19).

2.2 "A Estrada Não Percorrida": O Serviço Social nos EUA

A prática do Serviço Social nos Estados Unidos da América é frequentemente considerada como sendo conservadora, limitada a abordagens individualistas e clínicas, e realizadas em estabelecimentos privados. Todavia, embora muitas práticas contemporâneas indubitavelmente assumam essa forma, isso está bem longe de ser o quadro geral, seja hoje, seja no passado. Isso porque, não só tal enquadramento erra ao abordar as atividades dos assistentes sociais no setor público, como também

ignora a rica tradição de organização comunitária nos Estados Unidos, muito dela embasada nas ideias do escritor radical e ativista Saul Alinsky (ALINSKY, 1971). Além disso, tal como Reisch e Andrews mostraram no importante estudo *The Road Not Taken: A History of Radical Social Work in the USA* (2002) (*A Estrada Não Percorrida: Uma História do Serviço Social Radical nos EUA*), em pontos específicos ao longo dos últimos 100 anos, as ideias radicais têm exercido uma influência importante na educação e na prática do Serviço Social, geralmente face à oposição ferrenha do Estado e das mais importantes correntes profissionais e organizações de Serviço Social. Um exemplo é o *Settlement Movement* no período anterior à primeira guerra mundial. Apesar da inspiração para o *Settlement Movement* nos Estados Unidos ter vindo da experiência britânica, na prática, os assentamentos comunitários dos Estados Unidos, incluindo o mais famoso deles, a *Hull House* em Chicago, desenvolveram-se em direções muito mais radicais do que seus parceiros britânicos. Eles desenvolveram, por exemplo, um sistema de educação progressivo preocupado não apenas em ajudar os imigrantes a se integrarem mais facilmente à sociedade americana, mas também em orientá-los a desafiar os sistemas de trabalhos exaustivos e infantis. De acordo com Reisch e Andrews, os assentamentos comunitários eram vistos com desconfiança pelos assistentes sociais mais tradicionais, incluindo os profissionais americanos da COS:

Talvez isso se deva ao fato de eles não estarem engajados no Serviço Social no sentido tradicional. Em uma maneira refletida no fim do século vinte pelos proponentes da teoria e prática do empoderamento, os assistentes sociais radicais não trabalhavam para seus clientes e constituintes, mas trabalhavam com eles [...] Eles reconheciam os pontos fortes dos grupos de baixa-renda e o potencial em estabelecer interesses e objetivos mútuos. Isso claramente representou uma ameaça aos conceitos tradicionais de caridade (REISCH e ANDREWS, 2002, p. 27).

3. Os Anos 1970: o surgimento do Serviço Social Radical

Como os exemplos acima citados sugerem, o Serviço Social sempre ancorou um potencial ou um núcleo duro radical que tem se manifestado em momentos diferentes e em lugares diferentes. No entanto, só por volta dos anos 1970 o Serviço Social realmente começou a surgir como uma abordagem distinta de prática. A primeira parte desta seção explorará o porquê essa nova forma de teoria e prática deveria ter surgido nesse momento específico. Em seguida, os elementos-chave do Serviço Social radical serão discutidos junto a exemplos de teoria e prática que eles originaram. Por fim, também serão consideradas algumas das razões do declínio do Serviço Social Radical no início dos anos 1980.

3.1 “Seja realista – exija o impossível!” – A experiência dos anos 1960

Vários fatores contribuíram para o aparecimento de formas mais radicais de práticas de Serviço Social no fim dos anos 1960 e início dos anos 1970. No Reino

Unido, eles se referem à “redescoberta da pobreza” por pesquisadores na metade dos anos 1960; a reorganização das ações do Serviço Social com base em nova legislação, tanto na Escócia como na Inglaterra, o que levou à criação de equipes amplas e genéricas, que conferiram aos assistentes sociais um senso mais acentuado de força coletiva e de identidade profissional; e o surgimento de estudos influentes sobre as visões dos usuários a respeito dos serviços profissionais. O mais importante desses estudos foi *The Client Speaks: Working Class Impressions of Casework* (1970) (*O Cliente Fala: As Impressões da Classe Operária sobre o Serviço Social de Casos*) de Mayer e Timm, que foi altamente crítico às abordagens psicossociais então dominantes, por suas deficiências no trato dos problemas da pobreza material.

O fato, contudo, de os movimentos do Serviço Social radical terem aparecido, ao mesmo tempo, no Canadá, na Austrália e, em menor extensão, nos EUA, sugere que outras forças mais globais também estavam em funcionamento. À frente delas estava o fim do “longo boom”, período sustentado pelo crescimento econômico que ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, levando ao reaparecimento da crise econômica em várias partes do mundo e também o crescente movimento global de resistência à longa guerra americana no Vietnã. Esses fatores ajudaram a fazer a década mais radical da história mundial, desde os anos imediatamente após a Primeira Guerra Mundial. No período compreendido entre a metade de 1960 e a metade de 1970 houve o surgimento de sucessivos movimentos sociais, que alimentavam e inspiravam uns aos outros, parcialmente por meio da influência da televisão (HARMAN, 1988; KURLANSKY, 2004). Assim, o movimento dos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, no início dos anos 1960, foi seguido pelo surgimento do movimento de liberação das mulheres (que também inspirou o movimento dos direitos civis na Irlanda do Norte); a Frente de Liberação dos Homossexuais adotou o seu nome tendo como referência a Frente Nacional de Liberação no Vietnã, e assim por diante. Esses movimentos, por sua vez, ligavam-se ao e eram abastecidos pelos eflúvios do movimento mundial estudantil, com os estudantes tendo um papel central na “Primavera de Praga” de 1968 na Tchecoslováquia; e também do reinício do movimento dos trabalhadores franceses, ocorrido no mesmo ano, o qual desembocou na maior greve geral da história, que levou o então presidente francês, general Charles de Gaulle, a fugir em pânico para uma base militar na Alemanha!

3.2 A radicalização do Serviço Social

O Serviço Social foi profundamente afetado por essas convulsões globais, particularmente nos países acima mencionados. Do ponto de vista ideológico, a popularidade crescente da sociologia como disciplina acadêmica significou que os futuros assistentes sociais estariam frequentemente expostos a ideias novas e radicais sobre a família, a doença mental, o impacto de fatores estruturais sobre o comportamento individual e a natureza socialmente construída de “desvio”. Do ponto de vista da prática, o reconhecimento de que muitos problemas dos clientes estavam enraizados em suas circunstâncias materiais e experiências de opressão – em vez das alegadas inadequações pessoais, ao lado da evidência diária da efetividade da luta coletiva – levou a uma crítica crescente das abordagens do Serviço Social de

Caso e a uma maior apreciação do potencial do trabalho comunitário e da ação comunitária para gerar mudança. Essa crítica esteve mais claramente articulada em *Radical Social Work (Serviço Social Radical)*, uma coletânea de trabalhos diversos, editada por assistentes sociais da academia, como Roy Bailey e Mike Brake, e que foi lançada em 1975. O livro aborda assuntos como: o potencial dos modelos de sistemas para constituírem a base de uma prática mais radical; os limites e o potencial das abordagens de desenvolvimento comunitário; a relação entre teorias sociológicas e a prática do Serviço Social; e temas como o direito dos homossexuais e o Serviço Social. Contudo, o fio condutor da discussão foi a preocupação com o modo pelo qual as abordagens então dominantes de Serviço Social de Caso individualizavam e patologizavam os clientes, assim como ignoravam os fatores estruturais que contribuíam para os seus problemas (uma preocupação também refletida no título da principal revista social radical da época, a *Case Con – Contra o Caso*). Em contraste, o Serviço Social radical foi essencialmente definido como “o entendimento da posição dos oprimidos no contexto da estrutura social e econômica em que eles vivem” (BAILEY e BRAKE, 1975, p. 9).

Outros elementos do Serviço Social radical articulados no *Manifesto Case Con*, como um Apêndice do livro, incluíam a crítica aos aspectos opressivos e controladores do bem-estar social; a convocação para uma relação diferente entre trabalhadores e clientes, tanto no nível individual (anterior aos modelos atuais de envolvimento do usuário) quanto ao que diz respeito às alianças entre assistentes sociais e organizações coletivas de usuários; a ênfase nas abordagens coletivas em relação aos problemas dos clientes, incluindo o trabalho e a ação comunitária, que contribuíram para o aumento de movimentos, tais como o movimento dos deficientes na década de 1980; e a insistência na ideia de que os assistentes sociais deveriam se organizar em sindicatos e estabelecer ligações com outros grupos de trabalhadores.

É difícil quantificar o impacto desses argumentos no dia a dia da prática do Serviço Social, tanto no Reino Unido quanto em qualquer outro lugar, embora o volume subsequente editado por Bailey e Brake forneça exemplos veementes de que tal prática radical de fato podia ocorrer (BAILEY e BRAKE, 1981). Tanto isso foi verdade que nos anos 1970 houve um grande interesse nas abordagens coletivas no Serviço Social, refletido na crescente adoção de abordagens de trabalho de grupo e comunitárias, como um meio de responder aos problemas dos clientes, e também na rápida expansão da organização sindical entre os assistentes sociais. Entretanto, o impacto provavelmente foi maior no Serviço Social da educação e do treinamento profissional, no qual os direitos ao bem-estar e o ensino do trabalho comunitário se tornaram elementos centrais no currículo de muitos cursos profissionalizantes; e os textos radicais ou marxistas, tais como *Social Work Practice Under Capitalism* (1978) (*A Prática do Serviço Social no Capitalismo*), de Corrigan e Leonard, ou *Trapped Within Welfare: Surviving Social Work* (1982) (*Aprisionado no Bem-Estar Social: Serviço Social de Sobrevivência*), de Simpkin, figuraram como textos padrões em muitas listas de leitura (sendo que o último recebeu uma segunda edição em quatro anos).

3.3 Os anos 80: o Serviço Social Radical em declínio

O Serviço Social radical, seja como uma abordagem para a prática, seja como um movimento social informal, entrou em declínio no início dos anos 1980. Duas razões principais contribuíram para isso. A primeira, e mais importante, foi a virada para a direita em todas as áreas da vida social e política após a eleição de um governo conservador sob o domínio de Margaret Thatcher, no Reino Unido, em 1979, e, no ano seguinte, de um governo republicano, sob a direção de Ronald Reagan nos Estados Unidos. O Serviço Social, em particular, tornou-se sinônimo de tudo o que os políticos e ideólogos da Nova Direita, como Charles Murray, entendiam como problemático em relação ao bem-estar social, especialmente o seu alegado encorajamento à "dependência" (MURRAY, 1990). Em tal circunstância, defender o Serviço Social sob qualquer forma, mesmo sem ser a forma radical, era um desafio considerável.

A segunda razão para o declínio das abordagens radicais teve conotação diferente, apesar de ter relação com a primeira. A derrota das lutas sindicais da classe trabalhadora, nos anos 1970, na Inglaterra, França, Itália e outros países (cujo sinal de inflexão no Reino Unido foi representado pelo esmagamento da greve dos mineiros de 1984-5, por Margaret Thatcher e aliados) levou a uma desilusão geral com as políticas baseadas na luta de classe. Essa desilusão tomou formas diferentes. Na França, por exemplo, ela se expressou no aparecimento dos "novos filósofos" (*nouveaux philosophes*), isto é, um grupo de filósofos (alguns deles ex-marxistas) cuja decepção com a derrota das lutas no fim dos anos 1960 e início dos 70, com vista à derrubada da ordem existente, levou a um pessimismo profundo em relação à possibilidade de uma mudança social radical; e com a ascensão de uma visão mundial que ficou conhecida como pós-modernismo (CALLINICOS, 1989). No Reino Unido, Estados Unidos e outros países de língua inglesa, a ênfase sobre as classes sociais foi crescentemente substituída por uma ênfase na *opressão, identidade e diferença* (WILLIAMS, 1996). Dentro do Serviço Social, o movimento radical dos anos 1970 foi amplamente criticado por ter superenfaticado a classe social à custa de uma série de opressões, como a feminina e a racial. Consequentemente, alguns radicais dentro do Serviço Social começaram a priorizar temas de "raça", gênero e deficiência. Alguns sinais de sucesso a esse respeito podem ser detectados na proeminência dada à prática antiopressiva, consignada no novo Diploma em Serviço Social e introduzida em 1989. Todavia, enquanto, de alguma forma, isso representou um passo à frente, o fato de o Diploma levar a uma abordagem mais mecanicista, baseada na competência para a educação de acordo com as regras do mercado do bem-estar social, sugere que a inclusão da prática antiopressiva foi, de certa forma, uma ocultação de implicações geralmente muito menos radicais da nova qualificação profissional.¹

¹ Para uma discussão sobre o Serviço Social Crítico, que também surgiu na Austrália e Canadá nos anos 1990, ver Ferguson, 2008, capítulo 7.

4. Neoliberalismo, Gerencialismo e Serviço Social

Ao mesmo tempo em que os adeptos do pós-modernismo estavam proclamando o “fim das grandes narrativas”, ou das teorias que buscavam explicar o mundo como uma totalidade, uma nova e muito poderosa “grande narrativa” de globalização neoliberal estava estabelecendo seu domínio – ideológico, econômico, político e social – em quase todos os cantos do mundo. Suas origens repousam na crise econômica mundial da metade dos anos 1970 e na confiança que essa crise deu àquela parte (até então) marginal da elite dominante que clamava pelo retorno ao “capitalismo puro” do período pré-keynesiano. Na prática, tal neoliberalismo, como passou a ser conhecido, envolveu os governos no esforço de remover tudo o que se entendia como barreiras à livre operação das forças do mercado; primeiro por meio da privatização dos serviços estatais, como as empresas de eletricidade, água e transporte ferroviário, e também por meio do enfraquecimento dos sindicatos (HARVEY, 2005; HARMAN, 2008).

Tais políticas receberam um grande impulso com o colapso dos regimes comunistas da ex-União Soviética e do leste europeu no fim dos anos 1980. A década posterior foi caracterizada pelo domínio do “Consenso de Washington”, implementado pelos mecanismos da Organização Mundial do Comércio e pelo Fundo Monetário Internacional, que enfatizavam, entre outras coisas, a privatização, a desregulação financeira, e a disciplina fiscal como base para o crescimento econômico em cada país, qualquer que fosse a sua situação específica (HUBBARD e MILLER, 2005).

De maneira não surpreendente, os regimes de bem-estar social, incluindo a provisão de serviços pelo Serviço Social, foram profundamente afetados por essas mudanças. Um estudo de Serviço Social realizado em nove países diferentes, publicado em 2004, mostrou, por exemplo, que todos esses países foram afetados (FERGUSON, LAVALETTE e WHITMORE, 2004). Em países do *Global South*, como Índia e Senegal, as políticas de liberalização do mercado destruíam, com frequência, as indústrias locais, como a indústria da pesca em Kerala, enquanto a redução do apoio do Estado ao Serviço Social levou a uma confiança crescente nas ONGs, que eram quase sempre fundadas por doadores estrangeiros. Enquanto isso, nos países capitalistas avançados, como a Grã Bretanha e a França, o impulso para a flexibilização do mercado de trabalho foi corroendo os papéis tradicionais dos assistentes sociais e contribuindo para a “desprofissionalização” do Serviço Social, no sentido da criar de novas camadas de trabalhadores pouco qualificadas e mal pagas.

No Reino Unido, o maior veículo pelo qual as ideias, políticas e práticas neoliberais foram introduzidas no setor público em geral, e no Serviço Social em particular, foi a Nova Gestão Pública (NGP), ou Gerencialismo, como passou a ser posteriormente conhecida. Em termos gerais, o gerencialismo é a ideia de que os “gestores devem estar no controle das organizações públicas e têm que conduzir essas organizações de acordo com os princípios e preocupações empresariais” (EVANS, 2009, p. 146). Elementos mais específicos da abordagem da NGP, identificados por McDonald, incluem: a ênfase nas competências genéricas de gestão, em vez da especialização profissional; a ênfase nas medidas quantificáveis de desempenho e avaliação; o desmembramento das estruturas burocráticas tradicionais

em unidade semiautônomas, que lidam umas com as outras de acordo com os princípios da capacidade de pagamento (financeira) dos usuários (*'user-pay'*); o teste de mercado e da concorrência, em vez do abastecimento interno; a forte ênfase no corte de gastos; e contratos por tempo determinado dos empregados do Estado, em vez da posse da carreira (McDONALD, 2006, p. 69).

Em seu estudo do desenvolvimento do “Serviço Social de empresa” no Reino Unido, Harris forneceu uma explicação convincente das maneiras pelas quais a prática, a organização e a educação do Serviço Social profissional estavam subordinadas e transformadas pelos imperativos do gerencialismo (em uma publicação mais recente ele destaca algumas nuances e contradições desse processo – HARRIS, 2003; HARRIS e WHITE, 2009). Três estudos separados da década passada destacam vividamente como essas mudanças impactaram na atual prática do Serviço Social.

No primeiro desses estudos, realizado dez anos após a aprovação do Serviço Nacional de Saúde (NHS) e da *Community Care Act* 1990 (Lei de Assistência Comunitária), que lançaram as bases para as abordagens mais voltadas para o mercado, Jones entrevistou quarenta trabalhadores experientes, da linha de frente (com o mínimo de oito anos de experiência pós-qualificação), no norte da Inglaterra, para verificar se os seus empregos mudaram ou não com essas reformas. Ele encontrou um grupo de trabalhadores altamente estressados, infelizes com a forma como seus empregos mudaram e frustrados por sua incapacidade de trabalhar da maneira que acreditavam ser a melhor para seus clientes. Na raiz da frustração desses trabalhadores não estava o conteúdo de suas interações com seus clientes, mas sim a natureza das agências com as quais eles trabalhavam e as formas altamente procedimentais que o trabalho adquiriu:

Nós agora estamos muito mais fechados no escritório. Isso realmente foi relevante outro dia quando toda a equipe estava no escritório trabalhando em suas mesas. Mas, nós, assistentes sociais, também fazemos menos trabalhos diretos com os clientes. A agência cada vez mais contrata outras pessoas para fazer o trabalho direto e nós gerenciamos isso (JONES, 2004, p.100).

Tal como essa última citação sugere, no centro da reforma do Serviço Social no Reino Unido esteve a introdução do binômio comprador/fornecedor, significando que as autoridades locais agora comprem a assistência do setor privado ou das organizações do Terceiro Setor, em vez de provê-la diretamente. Nesse processo, os assistentes sociais se transformaram essencialmente em gerentes de cuidados, coordenando cuidados, em vez de trabalharem diretamente com os clientes – a razão, é claro, é que muitos desses clientes vêm para o Serviço Social em primeiro lugar.

Um trabalhador resumiu sua frustração suscitada por isso:

Eu me sinto bastante inabilitado porque existem muitas restrições sobre o que eu posso fazer. Sim, eu saio e faço avaliações,

delineio planos de assistência, mas depois nós não temos permissão de fazer nada. Eu não posso nem mesmo ir e organizar uma entrega de refeição para alguém sem antes realizar uma carga de burocracia, enviar um relatório para um monte de pessoas que tomarão as decisões sobre se eu posso ir em frente e realizar as tarefas. Eu me pergunto por que eu estou fazendo isso. Isso não é Serviço Social. Muitos dos meus colegas do grupo de adultos estão querendo sair do Serviço Social, todos juntos. Eles dizem que não querem fazer esse lixo nunca mais. É assim que eles se sentem. A vontade de fazer Serviço Social continua lá. Eles ainda estão comprometidos em trabalhar com as pessoas em dificuldades. Aquele coração acolhedor não foi embora, mas o trabalho mudou bastante (op. cit, 102).

Já dissemos aqui que o estudo de Jones ocorreu no fim dos anos 1990. Contudo, mais de seis anos depois, os autores de *Changing Lives (Mudando Vidas)*, um grande relatório sobre a situação do Serviço Social na Escócia, patrocinado pela (então) Executiva Escocesa, apresentou achados muito similares:

Trabalhar para promover mudança é o centro do que os assistentes sociais fazem. Identificar necessidades e riscos pela avaliação, desenvolvimento e implementação de planos de ação para atingi-los não serão bem sucedidos sem uma relação terapêutica efetiva entre o trabalhador e o cliente... Além disso, os assistentes sociais nos dizem de maneira consistente que é esse o aspecto de seus trabalhos que tem sido dilapidado e desvalorizado nos últimos anos sob a pressão de altas cargas de trabalho, burocracia excessiva e uma abordagem mais mecanicista e técnica para prestar os serviços (EXECUTIVA ESCOCESA, 2006, p. 28).

Por fim, achados semelhantes surgiram de um levantamento realizado, em 2009, por assistentes sociais de família, com 369 crianças, e patrocinado pelo sindicato UNISON como parte de sua submissão ao inquérito oficial realizado em decorrência da morte de uma criança, o “Bebê P”, nas mãos de seus cuidadores, em 2007. Além de estarem insatisfeitos com a quantidade de casos e a ausência de recursos, os assistentes sociais também reclamaram do nível de burocracia associada aos sistemas gerenciais e às abordagens:

O foco do Serviço Social ficou totalmente procedimental e o significado do trabalho se perdeu. As necessidades das crianças se tornaram secundárias em relação às necessidades das agências responsáveis em protegê-las. Os conteúdos das avaliações ficaram insignificantes na medida em que as agências estão muito mais preocupadas em realizá-las a tempo (UNISON, 2009, p. 9).

5. "Eu Não Vim para o Serviço Social para Isso" – Recuperando o Serviço Social

Como mostram os estudos acima citados, a direção tomada pelo Serviço Social nas últimas duas décadas tem feito os assistentes sociais se sentirem desanimados e desmoralizados. Tal desalento não está restrito ao Reino Unido, mesmo tendo o Serviço Social de empresa progredido mais lá do que em muitos países capitalistas avançados (com a óbvia exceção dos Estados Unidos). Nos últimos anos, contudo, tem havido sinais encorajadores de resistência ao domínio do Serviço Social pelos valores e prioridades empresariais. Mencionei, a seguir, três desses sinais.

O primeiro é uma crescente reafirmação do Serviço Social como uma profissão baseada em valores. Central à transformação neoliberal do Serviço Social foi a minimização ou remoção dos valores no Serviço Social e a ênfase na profissão como um processo majoritariamente técnico, com base em habilidades, conhecimento e preocupação com "o que funciona" (sendo essa última abordagem intimamente ligada ao movimento da Prática com Base na Evidência – WEBB, 2001; SHELDON, 2001). "O que funciona", pelo menos no sentido promovido pelos governos do Novo Trabalhismo (*New Labour*), no Reino Unido, tendeu a valorizar um foco sobre a mudança comportamental prescrita, para ser atingida pelos programas pré-empacotados, que podem ser comprados e implementados com pouca preocupação com a relação entre os assistentes sociais e os usuários dos serviços, assim como com os fatores estruturais ou de outras ordens, que dão origem aos comportamentos desaprovados. Em contraste, os assistentes sociais começaram a enfatizar o conteúdo ético de seu trabalho. Um exemplo óbvio é a inclusão da declaração, celebrada oficialmente, de que os "Princípios dos direitos humanos e de justiça social são fundamentais para o Serviço Social" na Definição do Serviço Social, ocorrida em 2001, na Federação Internacional dos Assistentes Sociais (citado em FERGUSON et al, 2004, p. 207). Outro exemplo é o trabalho realizado em defesa dos pacientes de asilos, refugiados e grupos "negligenciados". Esse trabalho foi realizado por assistentes sociais e acadêmicos do Serviço Social na Inglaterra, Austrália e Eslovênia, diretamente em oposição às políticas expiatórias racistas de seus governos nacionais (UNISON/BASW, 2006; BRISKMAN et al, 2008; ZORN e CEBRON, 2008). Por fim, os acadêmicos do Serviço Social na Universidade Trent, de Nottingham, na Inglaterra, estiveram envolvidos na organização de uma importante conferência bienal, com a participação de 2000 pessoas, intitulada "Afirmando nosso valor básico no Serviço Social" (BARNARD et al, 2008).

O segundo diz respeito ao fato de que a resistência às tendências dominantes também veio de organizações e movimentos dos usuários, que não apenas desafiaram os modos medicalizados e paternalistas de serviços e práticas, mas também as estreitas formas consumistas e simbólicas de envolvimento do usuário oficialmente aprovadas (BERESFORD, 2007; McPHAIL, 2007).

Uma terceira fonte de resistência (na qual este autor tem estado diretamente envolvido) busca incorporar tanto a crítica do gerencialismo, baseado nos valores, quanto o envolvimento ativo dos usuários dos serviços como participantes de um movimento coletivo em um novo e revitalizado modelo de prática. As origens desse posicionamento situam-se em um encontro ocorrido em Glasgow, na Escócia, no

fim de 2004, cujo título foi: “Eu não vim para o Serviço Social para isso!”. A base do encontro, no qual Chris Jones apresentou seus achados da pesquisa discutidos anteriormente, era a necessidade de ultrapassar as lamentações associadas à crise do momento do Serviço Social e começar a desafiar ativamente as tendências correntes. O encontro, que contou com a participação de 60 assistentes sociais e acadêmicos do Serviço Social, adotou o manifesto intitulado “Serviço Social e Justiça Social: um Manifesto para a Nova e Engajada Prática”. O Manifesto foi transmitido *online* e, em um curto espaço de tempo, mais de 700 pessoas incluíram seus nomes nele (FERGUSON e LAVALETTE, 2007, p. 197).

Fora desse início modesto, nasceu a Rede de Ação do Serviço Social (SWAN). Esta Rede não procura competir e nem substituir as organizações existentes de assistentes sociais, sejam elas associações profissionais, sejam sindicatos. Em vez disso, ela é um brado de luta dentro do Serviço Social, composta por assistentes sociais, acadêmicos, estudantes e usuários dos serviços. Desde 2006, a Rede organizou três grandes conferências nacionais, com a participação de mais de 250 pessoas em cada uma delas. Além disso, houve grandes eventos locais em Bristol (onde 300 pessoas participaram de uma conferência sobre o Serviço Social radical), e em Liverpool e Glasgow (ambas com 200 pessoas, sobre o caso do Bebê P, a criança cuja morte em 2007, nas mãos de seus cuidadores, foi o pivô de um novo ataque aos assistentes sociais, então colocados como bodes expiatórios). O SWAN também organizou uma petição *online* contra essa expiação e o seu *website*² promoveu um debate ao vivo sobre como os assistentes sociais podem melhor ajudar a proteger as crianças vulneráveis. A evidência de que a preocupação com o impacto das políticas e ideias neoliberais sobre o Serviço Social, tal como discutidas no Manifesto, não estão confinadas ao Reino Unido é mostrada no fato de que esse Manifesto tem sido traduzido em várias línguas, como espanhol, grego, esloveno, cantonês, japonês e bengali!

6. Conclusão: Serviço Social Radical no século XXI

Tal como as organizações e movimentos sociais que surgiram na última década, o SWAN é frequentemente mais claro no que ele se opõe – mercantilização e gerencialismo do Serviço Social – do que no que ele é a favor, exceto a ampla crença de que “um outro Serviço Social é possível” (espelhando o slogan do movimento anticapitalista global “Um outro mundo é possível”). Ferguson e Woodward recentemente buscaram resumir o que vemos como os quatro elementos-chave em uma nova e radical prática para o século XXI (2009, pp. 153-163). Parece-nos apropriado terminar com esses pontos.

6.1 A prática radical é manter um compromisso de boa prática

Abordagens coletivas, como a Serviço Social de grupo e de comunidade, não têm sido as únicas vítimas das abordagens gerenciais de cunho orçamentário que dominaram o Serviço Social por duas décadas. Outra vítima é a prática do Ser-

² www.socialworkfuture.org.

viço Social de Caso, que, na melhor das hipóteses, pode atender pessoas em uma relação empática e confiável, na qual elas podem explorar questões que estão lhes afetando. "Ter alguém para conversar" foi identificado pelos usuários dos serviços que sofrem de problemas mentais como o componente mais importante de um Centro Social no leste da Escócia (Stalker et al, 2006). O fato de as características do Serviço Social, como a ênfase no relacionamento, processos e valores, também terem sido enfraquecidas pelas práticas neoliberais levou muitos trabalhadores que nunca tinham se visto como pessoas "políticas" a se radicalizaram. Em um clima dominado por enfoques gerencialistas e tecnocratas, abordagens holísticas e baseadas em valores humanos também podem ser radicais.

6.2 A Prática Radical é "Guerrilha no Campo do Bem-Estar" e Resistência em Pequena Escala

Os bons assistentes sociais sempre buscaram encontrar meios dentro das leis e regulações que governam suas práticas para conseguir a melhor ação para seus clientes, mesmo que isso signifique "flexibilizar" as regras em algumas ocasiões. Por esse motivo, um autor, nos anos 1970, referiu-se aos assistentes sociais como 'bandidos classe-média' (PEARSON, 1975), enquanto que, em um trabalho bastante citado, Lipsky procurou demonstrar os caminhos pelos quais os "burocratas de rua", incluindo os assistentes sociais, tiraram partido da autonomia relativa conferida a eles para obterem recursos para seus clientes (LIPSKY, 1980). Em um trabalho mais recente que investigou as visões de experientes trabalhadores de linha de frente, alguns destes informaram que, mesmo em "espaços" previamente disponíveis a eles, onde havia condições para a realização de práticas imaginativas e criativas, tinham sido eliminados ou até bloqueados pelas práticas gerenciais:

A nossa equipe tem valores sociais muito fortes... nós não temos medo de enfrentar o sistema interno e temos também um gerente excelente, tanto que você pode ver em nós como uma força [...] insistindo em criar aquele tipo de diálogo ("Kathryn" apud FER-GUSON e WOODWARD, 2009, p. 74).

6.3 A prática radical é trabalhar junto com os usuários e cuidadores, mas não quando eles não precisam dos assistentes sociais

Trabalhar junto e aprender com a experiência dos usuários e cuidadores tem que ser o cerne de qualquer nova prática radical. As ideias e práticas dos novos movimentos no campo do bem-estar social, tais como o movimento dos deficientes ou o movimento dos usuários dos serviços de saúde mental, sustentaram a maioria dos desenvolvimentos progressivos da prestação de serviços na década passada. Isso não significa que não haverá, de tempos em tempos, tensões e debates em relação aos melhores caminhos para se alcançar os objetivos finais da autonomia ampliada, por exemplo, em relação às abordagens orçamentárias individualizadas; mas essas questões precisam ser discutidas com espírito aberto e amistoso. Isso também implica reconhecer que os assistentes sociais precisam saber quando têm que recuar – a maioria das pessoas prefere levar suas vidas sem um assistente social por perto!

6.4 A prática radical é uma atividade coletiva e uma campanha política

Como mostrado acima, as abordagens individuais podem ser radicais ao causarem mudanças nas situações pessoais dos indivíduos e na forma de como eles se veem. Contudo, as abordagens coletivas têm um potencial qualitativamente maior para mudança de cunho comunitário e estrutural, potencial esse que quase foi totalmente perdido nas últimas duas décadas (FERGUSON, 2008). As abordagens coletivas são relevantes para os assistentes sociais em três níveis. O primeiro possibilita o uso do trabalho comunitário como um método da prática profissional. No Reino Unido, para citar um exemplo, a teoria e a prática do trabalho comunitário saíram da grade curricular da maioria dos programas de Serviço Social e também desapareceram de muitas agências. Precisamos fazer pressão para resgatar, por meio de uma campanha radical, o trabalho comunitário e para alocá-lo de maneira adequada no Serviço Social. Em segundo lugar, existe a questão da organização coletiva dos assistentes sociais, principalmente por meio de envolvimento sindical. A prática do Serviço Social radical não pode acontecer no vácuo. Ela precisa, de um lado, de recursos; e, de outro, as pessoas envolvidas na prática precisarão, de tempos em tempos, de proteção dos gestores que são menos entusiastas em relação às bandeiras levantadas pelos trabalhadores mais ativos na defesa dos interesses de seus clientes. Uma forte organização sindical trabalhista continua proporcionando os melhores meios de se atingir os dois objetivos acima citados. Por fim, os assistentes sociais precisam estar envolvidos em movimentos sociais mais amplos. No passado, o Serviço Social se beneficiou enormemente da energia e ideias do movimento das mulheres, dos deficientes e outros. Nos primeiros anos do século XXI, a crítica real da globalização neoliberal não veio dos políticos e sim das atividades do movimento anticapitalista ou do movimento de justiça global, nascido a partir das demonstrações contra a Organização Mundial do Comércio em Seattle, em 1999. De forma semelhante, os assistentes sociais de hoje, que querem visualizar uma alternativa real para os modelos neoliberais de Serviço Social, atualmente dominantes, precisam se envolver e aprender com os movimentos mais amplos a lutar pela justiça social.

Referências

- ALINSKY, S. *Rules for Radicals*, New York: Vintage Books, 1971.
- BAILEY, R. and BRAKE, M. (eds.). *Radical Social Work*, London: Edward Arnold, 1975.
- . (1981) *Radical Social Work and Practice*, London: Sage.
- BARNARD, A., HORNER, N. and WILD, J. (eds.). *The Value Base of Social Work and Social Care*, Berkshire: Open University Press, 2008.
- BERESFORD, P. *The Changing Roles and Tasks of Social Work from Service Users' Perspectives: A Literature Informed Discussion Paper*, London: Shaping Our Lives National User Network, 2007.
- BRISKMAN, L., LATHAM, S. and GODDARD, C. *Human Rights Overboard: Seeking Asylum in Australia*, Victoria: Scribe Publications, 2008.
- CALLINICOS, A. *Against Postmodernism: a Marxist Critique*, Cambridge: Polity Press, 1989.
- . *An Anti-Capitalist Manifesto*, London: Polity, 2003.
- CHOONARA, J. *Unravelling Capitalism*, London: Bookmarks, 2009.
- CORRIGAN, P. and LEONARD, P. *Social Work under Capitalism: a Marxist Approach*, London: Macmillan, 1978.
- ENGELS, F. *The Condition of the Working Class in England*, London: Penguin Classic, 1844/2009.
- EVANS, T. 'Managing to be professional? Team managers and practitioners in modernised social work', in J. Harris and V. White (eds.) *Modernising Social Work: Critical Considerations*, Bristol: Policy Press, 2009, 145-164.
- FERGUSON, I. *Reclaiming Social Work: Challenging Neo-liberalism and Promoting Social Justice*, London: Sage, 2008.
- FERGUSON, I., LAVALETTE, M. and WHITMORE, E. (eds.) *Globalisation, Global Justice and Social Work*, London: Routledge, 2004.
- FERGUSON, I. and LAVALETTE, M. "'The Social Worker as Agitator": the Radical Kernel of British Social Work' in M. Lavalette and I. Ferguson (eds.) *International Social Work and the Radical Tradition*, London: Venture Press, 2007, 11-32.
- FERGUSON, I. and WOODWARD, R. *Radical social work in practice: making a difference*, Bristol: Policy Press, 2009.
- FUKUYAMA, F. *The End of History and the Last Man*, Harmondsworth: Penguin, 1992.
- HARMAN, C. *The Fire Last Time: 1968 and After*, London: Bookmarks, 1988.
- . 'Theorising Neoliberalism', *International Socialism*, 117, 2008, 87-121.
- HARRIS, J. *The Social Work Business*, London: Sage, 2003.
- HARRIS, J. and WHITE, V. *Modernising Social Work: Critical Considerations*, Bristol: Policy Press, 2009.
- . HARVEY, D. *A Brief History of Neoliberalism*, Oxford: Oxford University Press, 2005.
- . HUBBARD, G. and MILLER, D. *Arguments Against G8*, London: Pluto Press, 2005.

REVISTA EM PAUTA

] “UM OUTRO SERVIÇO SOCIAL É POSSÍVEL!” – REIVINDICANDO A TRADIÇÃO RADICAL - FERGUSON, I.]

JONES, C. *State Social Work and the Working Class*, London: Routledge and Kegan Paul, 1983.

JONES, C. ‘The neo-liberal assault: voices from the front-line of British social work’ in I. Ferguson, M. Lavalette and E. Whitmore (eds.) *Globalisation, Global Justice and Social Work*, London: Routledge, 2004.

KRUGMAN, P. *The Return of Depression Economics and the Crisis of 2008*, London: Penguin, 2008.

KURLANSKY, M. *1968: The Year that Rocked the World*, London: Jonathan Cape, 2004.

LEWIS, J. *The Voluntary Sector, the State and Social Work in Britain*, Aldershot: Edward Elgar, 1995.

LIPSKY, M. *Street-Level Bureaucracy: Dilemmas of the Individual in Public Services*, New York: Russell Sage Foundation, 1980.

LYOTARD, J.F. *The Postmodern Condition: a Report on Knowledge*, Manchester: Manchester University Press, 1984.

McDONALD, C. *Challenging Social Work: the context of practice*, London: Palgrave, 2006.

McDONALD, C. HARRIS, J. and WINTERSTEEN, D. ‘Contingent on Context’ Social Work and the State in Australia, Britain and the United States’, *British Journal of Social Work*, 33, 2003, 191-208.

McPHAIL, M. (ed.) *Service User and Carer Involvement: Beyond Good Intentions*, Edinburgh: Dunedin Academic Press, 2007.

MAYER, J.E. and TIMMS, N. *The Client Speaks: Working-Class Impressions of Casework*, London: Routledge and Kegan Paul, 1970.

MULLALLY, R. *Structural Social Work: Ideology, Theory and Practice* (2nd ed.), Oxford: Oxford University Press, 1997.

MURRAY, C. *The Emerging British Underclass*, London: Institute of Economic Affairs, 1990.

PEARSON, G. ‘Making Social Workers: Bad Promises and Good Omens’ in R. BAILEY and M. BRAKE (eds.) *Radical Social Work*, London: Allen and Unwin, 1975.

POWELL, F. *The Politics of Social Work*, London: Sage, 2001.

REISCH, M. and ANDREWS, J. *The Road Not Taken: a History of Radical Social Work in the United States*, New York: Brunner-Routledge, 2002.

SCOTTISH EXECUTIVE. *Changing Lives: Report of the 21st Century Social Work Review*, Edinburgh: Scottish Executive, 2006.

SHELDON, B. ‘The Validity of Evidence-Based Practice in Social Work: a Reply to Stephen Webb’, *British Journal of Social Work*, 31, 2001, 801-809.

SIMPKIN, M. *Trapped Within Welfare?* 2nd ed., Basingstoke: Macmillan, 1983.

STALKER, K, PATTERSON, L. and FERGUSON, I. ‘Someone to talk to’: a study of social crisis services, Unpublished study, University of Stirling, 2006.

STEDMAN-JONES, G. *Outcast London*, Oxford: Clarendon, 1971.

TURNER, G. *The Credit Crunch: Housing Bubbles, Globalisation and the Worldwide Economic Crisis*, London: Pluto Press, 2008.

REVISTA EM PAUTA

] “UM OUTRO SERVIÇO SOCIAL É POSSÍVEL!” – REIVINDICANDO A TRADIÇÃO RADICAL - FERGUSON, I.]

UNISON/BASW. *Asylum in Scotland: Children's Welfare Paramount?* Scotland: UNISON/BASW, 2006.

UNISON. *Still Slipping Through the Net? Front-line Workers Assess Children's Safeguarding Progress*, London: UNISON, 2009.

WALTON, R.G. *Women in Social Work*, London: Routledge and Keegan Paul, 1975.

WEBB, S. 'Some Considerations on the Validity of Evidence-based Practice in Social Work', *British Journal of Social Work*, 31, 2001, 57-59.

WILKINSON, R. and PICKETT, K. *The Spirit Level: Why More Equal Societies Almost Always Do Better*, London: Allen Lane, 2009.

WILLIAMS, F. 'Postmodernism, feminism and difference', in Parton, N. (ed.) *Social Theory, Social Change and Social Work*, London: Routledge, 1996.

ZORN, J. and CEBRON, U. *Once Upon an Erasure: From Citizens to Illegal Residents in the Republic of Slovenia*, Ljubljana: Studentska Založba, 2008.

Recebido em 18 de setembro de 2010

Aceito para publicação 20 de outubro de 2010

Traduzido em 20 de março de 2011